

A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares¹

The reascendancy of the far-right among political representations of the food systems

Caio Pompeia

Latin American Centre, University of Oxford, Oxford, Reino Unido

RESUMO

A escalada do populismo de extrema direita no Brasil tem ocorrido de forma articulada ao fortalecimento de pleitos radicalizados no heterogêneo campo do agronegócio. Este artigo aborda os modos como tais reivindicações extremistas têm sido recepcionadas entre as elites ligadas aos sistemas alimentares. A etnografia apresentada é desdobrada da interação entre o trabalho de campo com atores empresariais e políticos relacionados às *commodities* agropecuárias e a literatura sobre representações e programas prevaletentes na arena intersectorial. Os materiais empíricos compreendem, além dos registros de campo, documentos patronais e manifestações públicas de agentes privados e estatais. Os resultados mostram que, sob determinações econômicas, políticas e institucionais específicas, as posições mais radicais da direita no campo são, em grande extensão, condicionadas por representações dominantes. Por um lado, esse processo se revela no controle do negacionismo climático dos pleitos radicalizados; por outro lado, apresenta-se na instrumentalização das mais extremadas iniciativas contra os direitos territoriais indígenas.

Palavras-chave: Extrema direita, Agronegócio, Elites, Direitos indígenas, Mudanças climáticas.

¹ A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, à qual se agradece.

Recebido em 12 de abril de 2021.
Avaliador A: 07 de julho de 2021.
Avaliador B: 09 de julho de 2021.
Aceito em 18 de outubro de 2021.



ABSTRACT

The rise of extreme right-wing populism in Brazil has occurred in conjunction with the strengthening of radicalized claims in the heterogeneous field of industrial agriculture. The article addresses the ways in which such extremist claims have been received among elites linked to food systems. The ethnography presented is unfolded from the interaction between fieldwork with business and political actors related to agricultural commodities and the literature on representations and programs in the intersectoral arena. The empirical materials include, in addition to fieldwork records, corporate documents and public statements by private and state agents. The results show that, under specific economic, political and institutional determinations, the most radical positions of the right in the field are, to a large extent, conditioned by the dominant representations. On the one hand, this process is revealed through the control of radicalized claims that deny climate science; on the other hand, it is presented in the instrumentalization of the most extreme initiatives against indigenous peoples' territorial rights.

Keywords: Far-right, Industrial agriculture, Elites, Indigenous rights, Climate change.

INTRODUÇÃO

Juntamente à reascensão do populismo autoritário e de ameaças à democracia no Brasil, pleitos extremistas recobram o ímpeto no campo do agronegócio. Com isso, eles atribuem novos impulsos ao movimento neoconservador (MACHADO, 2020) que tem ascendido a partir dos anos 2010 (CARNEIRO DA CUNHA, 2021), interpondo barreiras ao reconhecimento de direitos de povos indígenas e populações tradicionais (BERNO DE ALMEIDA, 2019; CAPIBE; BONILLA, 2015; CARNEIRO DA CUNHA *et al.* 2017; CARNEIRO DA CUNHA, 2018; SAUER *et al.*, 2020). Ao mesmo tempo, tais pleitos reforçam fatores de ordem ambiental que aprofundam a desestabilização ecossistêmica no Antropoceno (SWINBURN *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019).

Este artigo aborda o fortalecimento dessas posições entre representações políticas dos sistemas alimentares que operam no país, privilegiando, analiticamente, os modos como elas são recebidas ou rechaçadas por diferentes elites do campo. Conforme aponta a literatura (BRUNO, 2017; GRAZIANO DA SILVA, 2014 [1989]; MENDONÇA, 2008; VIGNA, 2001), um dos momentos paradigmáticos de vigor, em âmbito nacional, de pleitos radicalizados da agricultura patronal havia ocorrido na década de 1980, em função das possibilidades de redistribuição

fundiária no contexto da Assembleia Nacional Constituinte. Liderada por Ronaldo Caiado, a União Democrática Ruralista (UDR) destacou-se então dentre os agentes que avançavam esses posicionamentos.

Entretanto, em função de marcantes reconfigurações político-econômicas no campo do agronegócio durante as décadas seguintes – que, em primeiro lugar, tinham atribuído força às associações por *commodities* (BRUNO, 2015; GRAZIANO DA SILVA, 2010), e, nos anos 2010, engendraram tendência institucionalmente convergente entre a maioria das organizações empresariais dominantes (POMPEIA, 2020a) –, os pleitos extremistas foram sendo gradualmente marginalizados. Consequentemente, nos núcleos ampliados que assumiram liderança política nessa arena intersetorial no último decênio – Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e Conselho das Entidades do Setor Agropecuário (Conselho do Agro) à frente –, entidades com posições radicalizadas encontraram espaço diminuto.

Essa clivagem entre representações não implicou, como é notório, o arrefecimento de iniciativas neoconservadoras, percebidas na esfera pública sobretudo por intermédio de iniciativas da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), respectivamente ligadas ao IPA e ao Conselho do Agro. De fato, as agroestratégias (BERNO DE ALMEIDA, 2010) – atividades multifacetadas operadas para obstaculizar garantias dos direitos territoriais de povos tradicionais – ganharam maior tração ideológica e administrativa desde a década de 2010 (CARNEIRO DA CUNHA, 2021; O'DWYER, 2018).

Com a concatenação de diversas crises e agências que possibilitaram a eleição de Jair Bolsonaro (sem partido) (HUNTER; POWER, 2019), os posicionamentos mais extremos da direita (BOBBIO, 1996) reascendem no campo do agronegócio, incidindo para abrir espaço para a maior radicalização das agendas anti-indígenas e antiambientais (CARNEIRO DA CUNHA, 2021). Não é fortuito, portanto, que a UDR, politicamente secundarizada por elites do campo, recobre importância neste momento histórico, e também que parte das representações de sojicultores esteja presentemente se movimentando em direção a matizes extremistas. Diante desse cenário, o artigo procura responder às seguintes perguntas: Como foi possível à UDR, depois de sofrer regionalização e subalternização, voltar a ter espaço destacado no campo do agronegócio e, por extensão, no processo político nacional? Quais outras entidades com posições radicalizadas têm atuado em coordenação com ela? Em que medida essas representações se conectam a bases regionais de fazendeiros descontentes com orientações de fóruns dominantes no campo? De que modos as elites dos sistemas alimentares têm reagido à reascensão das posições extremistas? Quais os desdobramentos desses processos sobre as políticas relacionadas a duas questões socioambientais, os direitos territoriais de povos tradicionais e as mudanças climáticas?

Os materiais empíricos constituem-se de anotações durante o trabalho de campo em Brasília (conduzido entre fevereiro e julho de 2019), por meio de observação participante no Congresso Nacional e em representações políticas (principalmente no IPA, mas também na CNA), e de 38 entrevistas (a maioria delas semiestruturadas) com líderes empresariais, políticos e técnicos ligados ao campo do agronegócio. Complementam as fontes documentos de organizações vinculadas aos sistemas alimentares e manifestações de agentes privados e estatais na imprensa.

O RADICALISMO NA AGRICULTURA PATRONAL APÓS A DITADURA MILITAR

Posições de extrema direita da agricultura patronal tiveram uma de suas escaladas notáveis durante as disputas sobre a questão agrária (PRADO JÚNIOR, 1987) que se destacaram a partir do processo de redemocratização no Brasil. Havia um conjunto de elementos concorrendo para isso. De um lado, ampliavam-se mobilizações para a implementação de agenda fundiária redistributiva, após longo período de modernização conservadora (PALMEIRA, 1989): em 1984, nascera o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e, em 1985, fora criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, seguido pela elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária que previa o assentamento de mais de um milhão de famílias. De outro lado, a crise fiscal do Estado brasileiro implicava crescentes dificuldades para a manutenção da robusta política agrícola e agroindustrial que, durante a ditadura militar, havia sido fundamental para impulsionar a integração técnico-produtiva e financeira que, progressivamente, conformara e consolidara cadeias produtivas de *commodities* agropecuárias (DELGADO, 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1996; KAGEYAMA *et al.* 1990; PASSOS GUIMARÃES, 1982).

Com a Assembleia Constituinte no horizonte e as disputas que se anteviam no Parlamento, parte dos segmentos patronais, muitos dos quais ligados à pecuária extensiva, criaram, em 1985, a UDR. Defendendo com agressividade a propriedade da terra, a entidade conseguiria obter também a adesão de parte dos agentes patronais mais modernizados tecnicamente, sobretudo daqueles com unidades produtivas de média escala (BRUNO, 2017; GOMES DA SILVA, 1989; GRAZIANO DA SILVA, 2014; MENDONÇA, 2008; VIGNA, 2001). A ampliação de seu perímetro representativo preenchia um vazio político – o qual ocorria pela ausência de organização apta a coordenar, entre si, os diferentes atores prevaletentes em cada uma das

principais cadeias produtivas e, assim, exercer bloqueio pactuado às iniciativas que pretendiam promover uma reforma agrária ampla e tempestiva (GRAZIANO DA SILVA, 2014).

Esse vácuo tinha como um de seus fatores centrais uma mudança estrutural nos modos como se operava o *lobby* das organizações da agricultura lideradas por interesses patronais. Efetivamente, ao lado de outros fatores, o processo de conformação de cadeias produtivas durante a modernização conservadora havia deslocado a precedência da CNA para cumprir esse papel. O padrão de organização política e de intermediação com o Estado que se edificou nessa transição foi de caráter centrífugo, avançado por agentes relacionados a cada uma (ou a algumas) das principais *commodities* e pelas grandes cooperativas agroindustriais (BRUNO, 2015; GRAZIANO DA SILVA, 1996, 2010). Nesse cenário, frações das elites do campo aproximaram-se para criar a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), que tinha entre seus objetivos deter o aumento da representatividade da UDR (BRUNO, 2017; MENDONÇA, 2008).

A despeito dessas competições patronais, suas diferenças foram relevadas quando se tratou de impedir as iniciativas da Associação Brasileira de Reforma Agrária, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Comissão Pastoral da Terra e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dentre outros atores, para inserir dispositivos conducentes à reforma agrária na Constituição que seria promulgada em 1988 (BRUNO, 2017; GOMES DA SILVA, 1989). Tendo havido essa pactuação entre diferentes agentes patronais para operar sobre a questão agrária, é importante apontar, adicionalmente, que as disputas relacionadas, na Constituinte, aos povos indígenas e quilombolas receberam menor atenção por parte deles (CARNEIRO DA CUNHA, 2018).

Exercendo, inicialmente, influência marcante sobre o agrupamento multipartidário que passaria, posteriormente, a ser chamado de “bancada ruralista”, a UDR perderia ímpeto ao longo dos primeiros anos da década de 1990. Sofria desgastes por sua face agressiva (BRUNO, 2017; GRAZIANO DA SILVA, 1989; VIGNA, 2001), ao mesmo tempo que sentia os efeitos das negociações gestadas na FAAB – que operavam eficazmente para seu enfraquecimento representativo. A propósito, a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), fundada em 1993 por convergência das articulações da FAAB com um programa político intersetorial mobilizado por meio da categoria *agribusiness*, era notavelmente distinta da UDR, contestando a improdutividade nas unidades agrícolas de todos os tipos e concordando – ainda que comedida e taticamente – com a criação de assentamentos rurais (ver POMPEIA, 2021a).

ENTRE A REGIONALIZAÇÃO E A MARGINALIZAÇÃO

Com o aumento das ocupações de terra e das criações de assentamentos durante a segunda metade dos anos 1990, a UDR reapareceria como uma das mais destacadas organizações realizando contraposições aos movimentos sociais. Contudo, a partir desse período, sua dificuldade para liderar mobilizações nacionais seria crescente, enquanto outras representações, como a Abag, promoviam a costura de um pacto de economia política com o Estado brasileiro (POMPEIA, 2021a; DELGADO, 2012). Notável sobretudo em partes dos estados de São Paulo e do Paraná, a face mais propriamente regional da UDR seria caracterizada também pela intermitência da mobilização política, que oscilava em função de um fator preponderante (já mencionado acima): a agudeza de disputas relacionadas à questão agrária. Dessa forma, a chegada, após a virada do século, do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República indubitavelmente deu impulso saliente às atividades da organização, ao passo em que um novo líder adquiria projeção nela: Luiz Antônio Nabhan Garcia.

Embora a UDR tenha continuado a apresentar, nos anos 2000, menor capacidade de liderança em escala nacional, deve-se reconhecer que houve iniciativas dela no período para robustecer a representatividade. Ao mesmo tempo que a entidade viu suas mobilizações e seus afiliados crescerem em determinadas localidades que eram cenário de disputas agrárias, ela procurou aproximar-se, em Brasília, de organizações com as quais frequentemente competia, como a própria CNA. Um exemplo foi sua inserção no Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil (Rural Brasil), núcleo que a Confederação fundara para disputar posição no campo com a Abag e agir em reação ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, quando a UDR o fez, o Rural Brasil já se encaminhava para o esgotamento – diante do aprofundamento da fragmentação política no campo, como identificado por Graziano da Silva (2010). Com efeito, a tentativa da CNA de retomar precedência no padrão institucionalmente fragmentário que se impôs de forma progressiva a partir da intitulada “industrialização da agricultura” (KAGEYAMA *et al.*, 1990) havia malgrado à medida que, ancoradas no chamado *boom* das *commodities*, as representações de produtos como a soja e o algodão passavam a se sobressair (POMPEIA, 2021a).

Nos anos 2010, a UDR veria sua incidência no campo diminuir acentuadamente, o que era identificado, por exemplo, por meio das barreiras significativas para a entidade obter inserção institucionalizada em fóruns dominantes relacionados aos sistemas alimentares. Para essas dificuldades, mudanças estruturais na arena intersetorial e público-privada do agronegócio

eram particularmente importantes: a despeito de permanecer operante, o *lobby* por complexos, que fora predominante até o final dos anos 2000 (GRAZIANO DA SILVA, 2010), havia sido paulatinamente secundarizado por um impulso institucionalmente convergente entre cadeias *commodities* e setores da economia vinculados aos sistemas alimentares (POMPEIA, 2020a).

O principal motor dessa reengenharia aglutinadora, tornada possível por inter-relacionamento de fatores econômicos e políticos, foi a criação e a posterior consolidação do IPA – o qual, em 2016, recolhia o financiamento mensal de aproximadamente quarenta associações da agricultura e de indústrias a montante e jusante dela (POMPEIA, 2021a). O Instituto havia avançado na administração de conflitos intersetoriais entre elites do campo, maximizando a capacidade de agregação de recursos financeiros, representatividade e capacidade técnico-justificatória entre atores dominantes relacionados a atividades agroalimentares primárias e secundárias. Esse processo permitiu, por consequência, o aprofundamento das relações de associações empresariais com a mesa diretora da FPA, juntamente ao revigoramento e à maior especialização desse heterogêneo núcleo parlamentar.

Organizando sobretudo agentes de “dentro das porteiras das fazendas” que sentiam de forma mais saliente os desafios impostos pela crescente concentração a montante e jusante das cadeias de *commodities* que operavam no Brasil, a UDR viu-se, então, forçada a atribuir maior importância para outras agendas e a operar em aliança com outras representações de influência regional. Estando a agenda da reforma agrária severamente fragilizada (LERRER; FORIGO, 2019), a entidade esforçou-se para ser a voz de fazendeiros contra estruturas oligopsônicas conformadas por agentes nacionais e estrangeiros. Nessa direção se sobressaíram, de um lado, suas tentativas de vocalizar insatisfações de sojicultores em disputas distributivas com *traders*. De outro lado, destacaram-se – ainda mais – suas críticas a corporações de controle nacional a jusante da agropecuária, como algumas de proteína animal. Por sinal, em razão de os grandes frigoríficos terem adquirido poder sem precedentes por decisão de governo que, durante os anos 2000, conduzira ao fortalecimento de suas posições internacionais (ALMEIDA, 2009), as referidas contestações frequentemente os associavam a gestões petistas.

Dessa forma, a UDR compôs, em 2012, o chamado Movimento Nacional Contra o Monopólio dos Frigoríficos, que era liderado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e amparado por outras representações relevantes da pecuária, com precedência daquelas do Centro-Oeste. Em um dos encontros desse grupo, Nabhan Garcia disse que “vou dar nomes aos bois, eu já ouvi da boca de diretores da JBS dizendo que a arroba do boi não pode passar de R\$ 70,00. Será que nós merecemos isso? Não podemos mais aceitar que eles controlem o mercado desse jeito” (RECURSOS..., 2012, *on-line*). O movimento patronal daria

conformação à Frente Nacional da Pecuária (Fenapec), presidida por Francisco Maia, presidente da Acrissul, sendo Nabhan Garcia seu vice.

Simultaneamente à participação no confronto com agroindústrias dominantes das cadeias da carne e da soja – que operavam com eficácia no IPA e, por desdobramento, junto à mesa diretora da FPA –, a UDR contestava atores de destaque do sistema CNA. Essa reprovação tornou-se mais pronunciada a partir do momento que a senadora Kátia Abreu,² então no comando da Confederação, aceitou o convite para integrar o segundo governo de Dilma Rousseff (PT). Para Nabhan Garcia, a senadora seria “[...] uma traidora do setor produtivo, perdeu a credibilidade dos produtores rurais. Por isso, precisa renunciar rapidamente ao cargo de presidente da CNA” (RURALISTAS..., 2014, *on-line*). Em outra manifestação, ocorrida no Mato Grosso do Sul, ele criticou diretamente a Federação de Agricultura e Pecuária desse estado: “Lamentamos que a Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, entidade que é mantida pelo nosso dinheiro, não esteja presente neste ano, não tenha enviado representante e não esteja preocupada em defender os produtores do estado” (FAMASUL..., 2015, *on-line*).

No começo de 2015, Nabhan Garcia foi um dos primeiros líderes patronais a organizar protestos de atores do campo contra a continuidade do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – incluindo seu Conselho Superior do Agronegócio (Cosag/Fiesp) – e a FPA, por exemplo, apoiariam o impedimento posteriormente, respectivamente em dezembro de 2015 e em março de 2016 (POMPEIA, 2021a). Em tais ocasiões, Nabhan Garcia manifestava seus posicionamentos contra Rousseff e Abreu principalmente por meio da chamada Frente Produtiva do Brasil, integrada pela UDR. A iniciativa fora conformada na região de influência mais direta do líder patronal, no interior de São Paulo, e procurava arregimentar, para além desse estado, fazendeiros das regiões Sul e Centro-Oeste.

Por óbvio, as críticas da UDR a atores proeminentes das elites dos sistemas alimentares aprofundaram sua marginalização no campo. Em contrapartida, adicionaram-lhe certo capital político com determinadas frações do campo – principalmente com parte dos fazendeiros menos consolidados produtiva e financeiramente, que se ressentiam das verticalizações nas cadeias produtivas, das perdas nas disputas distributivas diante das corporações e da crise econômica que se intensificava no país. Ademais, é válido apontar que Nabhan Garcia foi um dos poucos líderes patronais mais notórios a contestar as cobranças relacionadas a dívidas do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), em oposição a agentes proeminentes no campo – como as corporações de proteína animal. Por sinal, nas negociações para o refinanciamento

² À época no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), por Tocantins.

do Funrural realizadas durante o governo de Michel Temer (MDB)³ – em seguida à decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a constitucionalidade da cobrança –, grandes frigoríficos foram mais beneficiados do que fazendeiros (TEREZA..., 2018, *on-line*).

AFINIDADES EXTREMISTAS NO PROCESSO ELEITORAL

Foi em meio às articulações ligadas ao Funrural que o presidente da UDR passou a defender a candidatura do então deputado Jair Bolsonaro à Presidência da República. Em uma visita do político ao seminário A Voz do Campo, em Gramado (Rio Grande do Sul), no mês de julho de 2017, Nabhan Garcia opôs o candidato à FPA, a qual, segundo afirmava, havia tomado o partido dos frigoríficos. Bolsonaro seria, anunciou para os empresários presentes, o melhor representante para o agronegócio, “[...] muito mais do que muitos deputados da bancada ruralista no Congresso” (DOS CANDIDATOS..., 2017, *on-line*). Era alta a aposta de confrontar publicamente a referida agremiação interpartidária, pois o insulamento em relação a fóruns dominantes no campo seria ainda maior para o líder patronal e para a UDR no caso de derrota do postulante que apoiavam. Como se sabe, o risco calculado obteria êxito.

A aliança entre Nabhan Garcia e Bolsonaro aprofundou-se de forma célere a partir desse período. O deputado vinha taticamente visitando eventos rurais locais e regionais de diversos estados da Federação – como o fez na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, em que compareceu vestido de caubói–, e progressivamente ampliava sua legitimidade perante parte dos fazendeiros (POMPEIA, 2021a). Em outras situações, Bolsonaro enviava mensagens de apoio a tais agentes relacionados a atividades primárias, como ocorreu no caso de homens que haviam sido presos por suposto envolvimento em um brutal ataque a indígenas Guarani Kaiowá. Enquanto o líder da UDR organizava protesto contra as prisões, Bolsonaro encaminhou uma mensagem de voz: “Aos irmãos nossos de Mato Grosso do Sul, esses cinco fazendeiros que estão aí: o que eu puder fazer por vocês, eu faço. Reconheço o trabalho de vocês pela propriedade privada e a forma como justamente vocês se defendem” (BOLSONARO..., 2017, *on-line*). Em suas manifestações, o candidato frequentemente criticava duramente os direitos territoriais de povos indígenas e populações tradicionais, as normas ambientais e os movimentos sociais agrários, além de defender o aumento do uso de armas em áreas rurais.

³ Em 2017, o PMDB foi renomeado MDB, Movimento Democrático Brasileiro.

Entre a maioria das organizações dominantes no campo, o grau de radicalismo das propostas de Bolsonaro não era bem recebido. É inegável que, durante os governos de Rousseff e Temer, núcleos como o IPA haviam operado com agendas contrárias àquelas de organizações socioambientais. Tinham, por exemplo, bloqueado o reconhecimento de direitos territoriais tradicionais (CAPIBERIBE; BONILLA, 2015; CARNEIRO DA CUNHA *et al.*, 2017) e promovido alterações críticas no Código Florestal (SOARES-FILHO *et al.*, 2014; VEIGA, 2013). Não obstante iniciativas como essas, a intensidade das propostas armamentistas, anti-indígenas e antiambientais de Bolsonaro lhes soara despropositada e contraproducente. Assim, em 2017 as dezenas de organizações da agropecuária e das indústrias presentes no Instituto apoiavam maciçamente uma candidatura do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Não de modo casual, quando o candidato de extrema direita esteve na mansão do IPA em Brasília, obteve tratamento frio e incomodado da maioria dos membros presentes da FPA – a qual também se encontrava, cumpre adicionar, razoavelmente influenciada pelos tucanos. Associações empresariais prevalecentes no campo e a mesa diretora da Frente Parlamentar estavam, no entanto, relativamente alheias às crescentes preferências de partes das bases da agricultura patronal pelo deputado (POMPEIA, 2021a).

Tal situação evidenciava a clivagem entre a (1) concertação intersetorial, inter-cadeias e privado-estatal que, dotada de extraordinários capitais políticos, financeiros, técnicos e comunicacionais, havia hegemonizado o campo do agronegócio desde meados dos anos 2010 (POMPEIA, 2020a; 2020b; 2021b), e (2) outras representações dessa arena, sobretudo aquelas lideradas pela agricultura patronal que dispunham de poderes regionais e organizavam fazendeiros em disputas mais intensas com indústrias – sendo a UDR uma de suas expressões mais ativas e visíveis.

A propósito, parte dos atores desse disperso e multifacetado segundo conjunto passavam por mudanças importantes. Eram, no campo, os mais suscetíveis à “tempestade perfeita”, expressão que Hunter e Power (2019) mobilizaram para interpretar a confluência de crises que concorreram para abrir espaço à eleição de Bolsonaro. A crise econômica certamente os impactava severamente no ambiente de concentração, verticalizações e internacionalização que se reforçava nas principais cadeias agroalimentares em operação no Brasil. Por seu turno, as controvérsias sobre corrupção tinham ampliado a desconfiança deles em relação a partidos então predominantes, como o PSDB e o PT. Paralelamente, estavam entre aqueles que mais se ressentiam do aumento, por quadrilhas especializadas, dos roubos de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas. Esses aspectos, além de outros, ampliavam a predisposição dos referidos atores aos discursos radicalizados do candidato de extrema direita.

Por relevante influência dessas crises, o apoio a Bolsonaro começaria gradualmente a adentrar o IPA e o Conselho do Agro. Em ambas as nucleações, esse movimento a favor do deputado se fez perceber primeiramente em parte das representações lideradas pela agricultura patronal que já manifestavam posicionamentos com maior grau de extremismo, mas eram, até então, mais bem controladas nessas orientações por outras associações no Instituto, sobretudo as compostas por corporações ligadas a atividades secundárias e terciárias. Um exemplo é o da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT), que, então presidida por Antônio Galvan, apresentava algumas afinidades ideológicas com a UDR.⁴ Posteriormente, a anuência ao candidato adquiriu espaço entre outras organizações empresariais que, embora contrariadas, percebiam a dificuldade da candidatura do PSDB (POMPEIA, 2021a).

Durante essas mudanças no IPA, o acordo de benefício mútuo entre Nabhan Garcia e Bolsonaro evoluíra para uma relação pessoal. No momento em que a vitória nas eleições se mostrava provável, o líder da UDR já se posicionava como o principal representante, para o deputado, dos difusos e variados pleitos de extrema direita da agricultura patronal. Sentindo-se fortalecido com a situação, Nabhan Garcia fez movimentações, amplamente divulgadas na imprensa, que o posicionariam no comando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Com esse intuito, procurou transmitir um discurso de que seria capaz de promover negociações ampliadas no campo do agronegócio e, concomitantemente, tentou influenciar decisões sobre as políticas relacionadas ao clima.

A EXTREMA DIREITA CHEGANDO AO PODER

Com o encaminhamento da vitória de Bolsonaro nas eleições, Nabhan Garcia atuou em acordo com a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) na defesa da proposta de extinção do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de inserção de sua (debilitada) estrutura administrativa no ministério que pretendia assumir. Também fez críticas radicalizadas

⁴ Enquanto Nabhan Garcia e Galvan se aproximam em parte das agendas que defendem, é relevante sublinhar que este detinha, diferentemente daquele, inserção direta e sistemática nos fóruns dominantes do agronegócio. A propósito, a posição de Galvan no campo expandiu-se recentemente: a partir de 2019, com a própria reascensão do populismo autoritário no Brasil, que abriu maior espaço, na arena do agronegócio, a reivindicações extremadas – as quais, como se pode notar por seu caso, também são defendidas por uma parcela dos fazendeiros mais avançados tecnicamente; e em 2021, com sua transferência do comando da Aprosoja do Mato Grosso à presidência da Aprosoja nacional.

à participação do país na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em suas alusões à agenda climática, estava, da mesma forma que analisa Latour (2014) sobre o negacionismo, menos preocupado em se justificar com argumentos lógicos, mas, sobretudo, agindo de forma extremada e fomentando dúvidas a respeito do tema. Por sinal, à imprensa chegou um de seus comentários sobre o Acordo de Paris: “[...] se fosse papel higiênico, serviria apenas para limpar a bunda” (CONSELHEIRO..., 2018, *on-line*).

Agentes da engrenagem IPA/FPA reagiram ao avanço de Nabhan Garcia. Em relação à sua intenção de assumir o Mapa, argumentaram que, ao contrário do que procurava divulgar, o líder tinha representatividade diminuta no campo, e não seria, portanto, capaz de contribuir satisfatoriamente para a coalizão do governo no Legislativo. Frente ao desafio, Nabhan Garcia procurou expressar seu raio de influência, mas as dificuldades de sua inserção entre elites do campo se mostraram evidentes: ele conseguiu, na ocasião, somente o apoio de uma das dezenas de associações que integravam o IPA, a Aprosoja-MT, e de outra que compunha o Conselho do Agro, a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil. Além dessas duas representações de maior destaque, estiveram a respaldá-lo na ocasião entidades de incidência secundária na arena intersetorial, como a Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuáristas e Produtores da Terra (Andaterra), a Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (Abeg) e o movimento gaúcho “Te mexe, arrozeiro” (POMPEIA, 2021a).⁵

Era muito pouco para fazer frente ao novo padrão de organização empresarial e representatividade na arena do agronegócio, condicionado por arranjo institucionalmente convergente entre parte relevante de suas principais representações políticas. Com efeito, essa arena passara a ser liderada por uma concertação público-privada caracterizada por (1) nucleações inter-cadeias e intersetoriais amplas, como o Instituto e o bloco CNA/Conselho do Agro, (2) iniciativas de maior orquestração entre a Confederação e o IPA e (3) inter-relações crescentes dos núcleos ampliados com determinados agentes estatais – sobretudo a mesa diretora da FPA e o Mapa (POMPEIA, 2020a). Assim sendo, coube à referida configuração concertada a indicação da deputada Tereza Cristina,⁶ então no comando da agremiação interparlamentar, à pasta da Agricultura.

Ao mesmo tempo, ocorriam intensos debates, no âmbito dessa concertação, em relação

5 Um dos aspectos principais que contribuíam para aglutinar tais atores foram as dívidas do Funrural. A propósito, algumas das lideranças empresariais então à frente dessas organizações são justamente aquelas que têm atualmente liderado, no campo, a frente de apoio a Jair Bolsonaro. O chamado Movimento Brasil Verde e Amarelo é central nessas articulações.

6 Democratas, pelo Mato Grosso do Sul.

às proposições fundamentadas em negacionismo climático. Evidenciando suas preocupações com riscos estratégicos, parte dos agentes responsáveis por atividades industriais e terciárias fizeram questão de interceder para garantir reprovação a elas. Cabe acrescentar que a movimentação contrária ao negacionismo também aconteceu fora dos núcleos mais bem articulados que predominam no campo – principalmente por intermédio da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Composta sobretudo por segmentos das elites dos sistemas alimentares e organizações ambientalistas, a Coalizão criticou publicamente a proposta de extinção ministerial e continuou a enfatizar a importância das negociações climáticas (POMPEIA, 2021a).

A decisão de Bolsonaro quanto ao MMA não ficou com as propostas negacionistas nem com as mais preocupadas com desinvestimentos e perdas financeiras no comércio internacional. Assim, a despeito de o referido ministério não ser extinto, sua linha de condução – ainda que tivesse antes apresentado algumas variações – seria decididamente rompida. A reorientação no ministério atendeu principalmente ao núcleo conservador de agentes que controla o bloco CNA/Conselho do Agro, fortaleceu-se com as eleições e presentemente se insere como o mais influente no ambiente diversificado do IPA. Não por acaso, o ministro então escolhido para o MMA, Ricardo Salles, havia atuado como diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB) – organização tradicional de São Paulo afiliada tanto ao Instituto quanto ao Conselho do Agro. Paralelamente, a relação dele com o campo do agronegócio também se materializava na posição de conselheiro que detinha no Cosag/Fiesp, fórum liderado por interesses das usinas de cana-de-açúcar (POMPEIA, 2020a). Em entrevistas, líderes empresariais apontaram ao autor que a escolha do presidente eleito para o MMA foi cancelada por Tereza Cristina, que interage sistematicamente com o IPA, a FPA e a CNA.

Ao passo que atuava para atender a interesses de fóruns conservadores que são dominantes nos sistemas alimentares, o presidente eleito também procurou contemplar atores com posições políticas mais extremistas, o que fez, dentre outras medidas, criando a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (Seaf) no Mapa e entregando-a a Nabhan Garcia. Conforme líderes de organizações presentes no IPA e no Conselho do Agro relataram em entrevistas ao autor, a manobra de Bolsonaro para acomodar diferentes agentes do campo desagradou à maioria das indústrias a jusante e a parte das associações relacionadas a operações “dentro da porteira” – a exemplo de algumas mais atuantes no Sudeste, entre as quais o Conselho Nacional do Café. Mas foi tomada como oportuna por número relevante de representações da agropecuária, como muitas do Centro-Oeste, onde a oposição aos direitos territoriais indígenas é mais aguda. Nesses casos, a aprovação ocorria sobretudo por entenderem que Nabhan Garcia faria intransigente atuação contrária a minorias políticas no campo – que lhes convém –, acumulando também o

ônus público de o fazer. Tal arranjo deixaria a ministra menos desgastada para operar em outros temas (POMPEIA, 2021a).

AÇÃO POLÍTICA NO VAREJO E RELAÇÕES COM ELITES DO CAMPO

Distante do comando da UDR em razão da inserção no governo federal, Nabhan Garcia tem se empenhado para a manutenção de vínculos próximos com Jair Bolsonaro, com quem se encontra com frequência, dentro e fora do Palácio do Planalto. Assim, o líder patronal esforça-se para manifestar apoio incontestado ao presidente, mesmo em assuntos fora de sua área de atuação – como na disputa do mandatário com o ex-ministro Sergio Moro. Em temas diretamente ligados aos sistemas alimentares, Nabhan Garcia chegou a relativizar um dos pleitos centrais que o legitimaram com parte dos fazendeiros durante a campanha em apoio à candidatura de Bolsonaro: a anistia das dívidas do Funrural. De fato, ao inserir-se no governo, afirmou, em consonância com a posição do Executivo, não ver como possível a iniciativa. Com isso, Nabhan Garcia gerou desconfiças de alguns dos atores patronais e políticos com os quais tinha relações mais próximas – como ocorreu, por exemplo, em relação ao deputado federal Jerônimo Goergen.⁷

Se provocou críticas de aliados com essa mudança de posição, é certo que o presidente licenciado da UDR não deixa de colher frutos em razão de sua posição como secretário de temas fundiários. Com efeito, o posto na Esplanada permite a ele operar para obter o apoio de variados agentes da agricultura patronal que exercem poder em escalas subnacionais, sobretudo dos que estão em conflito direto com povos indígenas e populações tradicionais e visam à legalização de operações privadas em terras públicas. Nessa função, Nabhan Garcia atua como um facilitador de articulações e demandas locais, viajando para diferentes regiões do país. É em razão desse papel, também, que são mais frequentes, em seu gabinete, as visitas de líderes de associações municipais de produtores e de sindicatos patronais, do que das organizações nacionais predominantes no campo – que operam centralmente por meio do IPA e do Conselho do Agro (MAPA, 2021).

Por conseguinte, as inter-relações de Nabhan Garcia com o Legislativo ocorrem menos

⁷ Do Progressistas, pelo Rio Grande do Sul.

assiduamente com o coletivo da mesa diretora da FPA – instância que, como apontado acima, é articulada diretamente ao IPA –, manifestando-se, distintamente, sobretudo com parlamentares que têm espaço secundário na hierarquia do bloco multipartidário. Fora do núcleo desse grupo interpartidário, tais congressistas estão relativamente menos respondentes às orientações do Instituto e mais vinculados a demandas locais e/ou regionais. Aliás, são esses agentes políticos que seguidamente abrem espaço para as visitas de líderes municipais ao secretário na capital federal (MAPA, 2021).

Se algumas das medidas solicitadas por agentes locais estão em sua alçada, como secretário diretamente apoiado pelo presidente, outras delas implicam a atuação de Nabhan Garcia em alianças mais amplas, como ocorre em relação ao Legislativo. Para isso, o desafio de melhorar sua aceitação na engrenagem IPA-FPA não pode ser ignorado, devendo ser apontado que esse exercício também auxilia sua avaliação no governo. Visando a administrar desavenças com associações ligadas a atividades secundárias no Instituto, o líder licenciado da UDR modificou, ao tornar-se secretário, suas considerações públicas sobre as grandes agroindústrias. A mudança foi indubitavelmente repentina, como se procura corroborar no parágrafo a seguir.

No final de 2018, quando pretendia se tornar ministro, o líder patronal defendera que Bolsonaro tomasse, ao assumir, medidas duras contra corporações a jusante da agropecuária. Segundo exclamou então, “estamos à mercê dos grandes frigoríficos e de poucas empresas de exportadores de grãos”, enquanto “[...] o produtor primário fica cada vez mais pobre” (ABSURDO..., 2018, *on-line*). Em contrapartida, assim que assumiu a Seaf, suas reprovações às indústrias foram substituídas pela evitação das questões distributivas nas cadeias de *commodities*. Ao ser perguntado por este autor sobre o tema, enquanto assistia a audiência pública na Câmara dos Deputados (dia 9 de abril de 2019), o secretário respondeu rapidamente que entendia ser importante a inserção institucional crescente de atores responsáveis por atividades secundárias em nucleações políticas do campo do agronegócio.

O silêncio tático sobre disputas distributivas intersetoriais talvez permita relativa administração das reprovações de algumas corporações dos sistemas alimentares em relação a Nabhan Garcia, mas está longe de aproximá-las estrategicamente do secretário. Entretanto, no que tange às organizações da agricultura patronal, o cenário é distinto. Ainda que continue, no governo, a ser visto com contrariedade por algumas delas, o líder tem conseguido manter apoio (ou, pelo menos, a complacência) da maioria. Dentre as que se articulam de modo mais direto com o secretário, cabe apontar algumas associações de pecuaristas e sojicultores – principalmente do Centro-Oeste e do Norte (MAPA, 2021).

Dessas complexas relações resultam tratamentos diferentes às agendas do secretário, a

depende do assunto. De fato, conforme constatado ao longo dos meses de observação participante em Brasília, percebe-se uma seletividade, entre elites relacionadas às cadeias de *commodities*, quanto aos posicionamentos mais extremos do neoconservadorismo no campo. De um lado, as negociações no IPA e no Conselho do Agro, marcadas por diferenciação programática mais acentuada em temas ambientais do que naqueles agrários, terminam por desautorizar os pleitos extremistas fundamentados em negacionismo climático. No entanto, quando se trata das propostas mais radicalizadas relacionadas aos direitos territoriais de povos tradicionais, não se constituem as mesmas alianças de bloqueio. Essa seletividade é analisada nas duas seções a seguir.

LIMITES AO NEGACIONISMO CLIMÁTICO

O adensamento das críticas relacionadas a problemas ambientais nas cadeias de *commodities* agropecuárias no Brasil tem implicado crescentes conflitos programáticos no campo do agronegócio (POMPEIA, 2021a).⁸ Tal processo obtém maior vigor na atual gestão do Executivo federal, caracterizada por radicalização do desmonte e da reestruturação das políticas para o meio ambiente (BRONZ *et al.*, 2020). De fato, os riscos de desinvestimentos e perdas negociais no mercado internacional de *commodities*, somados a embaraços em negociações para acordos comerciais nos quais o Brasil é parte, ampliam incentivos para que alguns segmentos (principalmente os representantes de atividades secundárias e terciárias, mas também alguns ligados primordialmente a funções primárias) façam suas posições de censura ao negacionismo climático serem consideradas em fóruns prevaletentes, como no IPA.

Consequentemente, as disputas no âmbito da heterogênea concertação política que predomina no campo terminam por impor alguns obstáculos ao agenciamento de propostas negacionistas. Como apontado, as sugestões de extinção do MMA, defendidas tanto por Bolsonaro e Nabhan Garcia, quanto pela Aprosoja Brasil, foram contestadas pela parte majoritária das associações no Instituto, além de terem sido rejeitadas por líderes com prestígio no campo, a exemplo de Roberto Rodrigues. Igualmente, as propostas para o país rever sua inserção no Acordo de Paris foram objetadas pela maioria no IPA, cabendo destaque à veemente contra-

⁸ É importante destacar que alguns temas, como o desmatamento, geram mais disputas que outros, a exemplo dos agrotóxicos (ver CNA & CONSELHO DO AGRO, 2018; COALIZÃO, 2018).

riedade da Abag, que então ocupava assento no conselho administrativo do Instituto, além de liderar a Coalizão. Nos dois casos, Bolsonaro cedeu.

No âmbito do Congresso Nacional, houve procedimento semelhante. Em 2019, pelo menos dois projetos de lei com participação de um parlamentar de fora do núcleo da FPA, o senador Márcio Bittar,⁹ manifestavam posicionamentos extremados em temas ambientais. O primeiro eliminava o conceito de Reserva Legal; o segundo criava, dentre outras previsões, poder de veto das Assembleias Legislativas para a criação de Unidades de Conservação (UCs) (SENADO FEDERAL, 2019a; 2019b). Ambos eram oriundos de pressões locais e regionais, e guardavam sintonia com as posições do secretário da Seaf. Negociadas fora do Instituto, as duas foram repelidas pela maior parte das associações empresariais no IPA, e, desse modo, não foram avançadas pela direção da FPA.

Havendo modulação, por elites do campo, desses ímpetos extremistas relacionados à política climática, ela não significa, de modo algum, o avanço, em nucleações como o Instituto Pensar Agropecuária, de agendas que levem em consideração os incontestes desequilíbrios ambientais influenciados pelos sistemas alimentares predominantes (SWINBURN *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019), e muito menos que tenham em conta a perigosa erosão da agrobiodiversidade decisivamente influenciada por eles (CARNEIRO DA CUNHA *et al.*, 2021). Ao contrário, ainda que controle, em algumas ocasiões, o grau de intensidade das posições negacionistas, a concertação política que predomina no campo tem sido um agente central a avançar, por meio de suas articulações com o Palácio do Planalto e no Congresso Nacional, iniciativas antiambientais.

Efetivamente, as negociações realizadas no Instituto e no Conselho do Agro têm influenciado de modo substancial as orientações em relação ao meio ambiente implementadas pelo governo Bolsonaro. É importante adicionar que essa influência se beneficia da atuação de fração relevante dos atores corporativos mais suscetíveis a riscos estratégicos: se tais agentes envidam esforços para se distinguirem publicamente de segmentos agroalimentares com pleitos antiambientais, eles não têm oferecido, em espaços de bastidores (como o IPA), oposição consequente a esses posicionamentos. Por um lado, um fator dentre os principais a explicar essa situação é o zelo pelo amplo leque de acordos estratégicos costurados entre elites dos sistemas alimentares em temas como tributação, relações internacionais, infraestrutura e crédito, que poderiam ser desestabilizados com o avanço das disputas ambientais dentro dos fóruns dominantes. Por outro lado, deve-se considerar que há, quanto a algumas propostas de natureza

⁹ Do MDB, pelo Acre.

não sustentável, interesses compartilhados entre distintas organizações dessas elites – é o que ocorre atualmente, por exemplo, com as tramitações para o amplo enfraquecimento das regras de licenciamento ambiental.

Embora o MMA não constitua o foco deste artigo – pasta analisada em outro trabalho (POMPEIA, 2021a) –, é relevante acrescentar que Ricardo Salles, seu ministro entre janeiro de 2019 e junho de 2021, apresentou relações diretas com o IPA mais frequentes que Nabhan Garcia. Além disso, Salles também operava em articulação com outros agentes econômicos, como mineradoras, madeireiras, construtoras, petrolíferas e montadoras automobilísticas. Por esta última característica, o então ministro foi, diferentemente do secretário, representante paradigmático do que Berno de Almeida chama de “estratégias de exportação agromineral”, sublinhando a aproximação de interesses entre atores das cadeias de *commodities* agropecuárias e minerais (BERNO DE ALMEIDA, 2019, p. 67-70).

No Congresso Nacional, também é possível identificar a atuação da referida concertação política na regulação da tramitação de propostas extremistas construídas com base em demandas locais/regionais e no concomitante incentivo ao aprofundamento de orientações antiambientais. Desse modo, o IPA e a mesa diretora da FPA não entendiam, conforme adiantado acima, ser possível pactuar com o fim das Reservas Legais, mas tentaram promover nova movimentação para alteração do Código Florestal (a qual, segundo especialistas, tinha grande potencial de criar outras formas de anistias a desmatadores) – em processo acompanhado pelo autor, por meio do trabalho de campo no Instituto e no Congresso Nacional. De forma semelhante, o núcleo privado-parlamentar não encampara a tentativa de mudança legislativa relacionada às UCs, mas atuou juntamente à CNA para bloquear novas criações dessas áreas protegidas.

Na próxima seção, é abordada a atuação de diferentes agentes dominantes das cadeias de *commodities* em relação aos territórios tradicionais.

AMÁLGAMA POLÍTICO CONTRA OS DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS TRADICIONAIS

No que diz respeito aos territórios de povos indígenas e populações tradicionais, também se notam diferenças programáticas entre posicionamentos de agentes ligados às *commodities* agropecuárias. Tais distinções são, como se poderá notar, antes de grau do que de substância. Enquanto o Conselho do Agro defende a contenção do reconhecimento de direitos territoriais,

Nabhan Garcia propôs, ao tornar-se secretário, mobilizar a estrutura administrativa de que dispõe para tentar rever demarcações já homologadas (CNA & CONSELHO DO AGRO, 2018; NÃO DURMO..., 2019). Se o Conselho solicita a repressão estatal contra as retomadas, a UDR tem historicamente apoiado, como aponta a literatura, ações violentas dos próprios fazendeiros (VIGNA, 2001). Por seu turno, desde 2018 a Coalizão encoraja (mesmo que subsidiariamente) as demarcações de Terras Indígenas (TIs), valorizadas pelo fórum sobretudo por seu papel na redução das taxas de desmatamento na Amazônia e no enfrentamento à apropriação privada indevida de áreas públicas (COALIZÃO, 2018).

No entanto, ao contrário do que acontece em relação ao negacionismo climático, não se nota contraposição consequente, no campo, a posicionamentos e atuações extremistas relacionados aos direitos territoriais tradicionais. Nesse sentido, verifica-se que as poucas manifestações, no Brasil e no exterior, de alguns agentes prevaletentes nos sistemas alimentares sobre a importância desses direitos não encontram desdobramentos na forma de ações efetivas de pressão. Sem obstáculos expressivos de agentes responsáveis por funções industriais e terciárias, atores neoconservadores de diferentes matizes atuam com maior força, conjunta e decididamente, na promoção de agendas desterritorializadoras. Para essas ações, a comissão de Direito de Propriedade do bloco IPA/FPA executa papel central. De natureza tríplice, ela é constituída pelas entidades do Instituto que mais se interessam no tema, por especialistas jurídicos e por um parlamentar que intermedeia as relações dos agentes privados com a mesa diretora da FPA.

Outra distinção quando se comparam os tratamentos de temas ambientais e territoriais se revela no perímetro de atores estrategicamente envolvidos na concertação política a operar no campo – sendo historicamente determinada, ela também é modelada em sua representatividade em função de cada questão política ampla. Desse modo, ao passo que Nabhan Garcia se vê contestado nas proposições climáticas, ele é, ao contrário, envolvido em reuniões do Instituto e da Frente voltadas a organizar iniciativas contrárias ao reconhecimento dos direitos territoriais de populações tradicionais.

Citam-se dois exemplos, ambos de 2019. Um deles foi a atuação pactuada entre a mesa diretora da FPA e Nabhan Garcia, na mansão do Instituto, para tentar defender a decisão de Bolsonaro, tomada logo no início de sua gestão, que transferira a competência para realizar as demarcações de TIs da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Mapa. Na ocasião, os diferentes atores estatais, do Executivo e Legislativo, apresentaram discursos unificados de apoio à medida do governo, ao passo que líderes empresariais contribuíam para reforçar essa posição. Tendo anteriormente criticado a proposta de extinção do MMA, Roberto Rodrigues alegou não ver conflitos de interesse na decisão do presidente sobre a mudança relativa às de-

marcações. Após inúmeras disputas no âmbito dos três Poderes, a transferência findou sendo revertida. Um segundo exemplo de articulação contrária às demarcações entre o núcleo da FPA e o secretário de assuntos fundiários ocorreu em relação à presidência da Funai. Encontrando dificuldades para bloquear o retorno, à Fundação, da competência relacionada às demarcações, parlamentares do bloco multipartidário e o líder licenciado da UDR operaram conjuntamente para obtenção, junto ao Palácio do Planalto, da exoneração do presidente da Funai, o general da reserva do Exército Franklimberg Ribeiro de Freitas. O general não mantém relações próximas com representações do campo (EX-PRESIDENTE..., 2019).

Finalmente, cumpre sinalizar que a FPA e Nabhan Garcia têm agido de forma coletiva em outra pauta patronal relacionada às TIs: a inserção de terras demarcadas em circuitos de *commodities*, operada por meio de arrendamentos e outras formas de operação empresarial nessas áreas. Desde 2017, o núcleo da Frente vinha promovendo atividades (como audiências no Parlamento) para organizar e tentar legitimar atores que apoiam essas estratégias, incluindo alguns indígenas, como no caso de líderes dos Paresí. Inconstitucional, a medida não tivera apoio do governo Temer, ainda que sua gestão fosse bastante pressionada, diante de escândalos, a acatar pleitos de associações dominantes no campo (CARNEIRO DA CUNHA *et al.*, 2017). A partir de 2019, a orientação do Executivo a esse respeito foi alterada. Desde então, o líder licenciado da UDR tem agido com a Presidência da República e a FPA, além da Aprosoja-MT e outras representações patronais, para apoiar as iniciativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a ampliação recente do ímpeto de pleitos de extrema direita no diverso campo do agronegócio e sua incidência relacionada a questões socioambientais no Brasil. Com esse objetivo, o trabalho privilegiou o exame das formas como atores que defendem tais posicionamentos recobram influência no país, uma vez que, após terem desempenhado papel relevante na Assembleia Nacional Constituinte e nos anos posteriores à promulgação da Constituição Federal, haviam sido forçados à regionalização e, posteriormente, pressionados à marginalização política.

Baseada sobretudo em dados colhidos por meio de observação participante em fóruns empresariais e no Congresso Nacional, a análise procurou, nesse sentido, (1) examinar os fatores econômicos e políticos vinculados ao processo de reascensão de posições mais extremadas

no campo, (2) delimitar seus atores e perímetros de representação em diferentes escalas no país e (3) abordar os modos como as diferentes elites dos sistemas alimentares se relacionam com esses agentes e suas reivindicações.

Investigando, portanto, a heterogeneidade no campo do agronegócio, a etnografia identificou que as políticas socioambientais avançadas atualmente no Brasil são resultado de competições e acomodações entre distintas representações e orientações programáticas. De um lado, constataram-se bloqueios, por fração de segmentos corporativos mais suscetíveis às críticas ambientais, de propostas ancoradas em negacionismo climático. De outro lado, verificaram-se instrumentalizações, por parte majoritária das elites do campo, de posicionamentos radicalizados contra os direitos territoriais de povos tradicionais. Como resultado, o movimento neoconservador que contesta tais direitos é deslocado para direções ainda mais extremadas.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Mansueto. **Desafios da real política industrial brasileira do século XXI**. Brasília: Ipea, 2009. (Texto para discussão, n. 1542).
2. BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*: BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner *et al.* (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.
3. BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. As estratégias de exportação agromineral e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas: à guisa de Introdução. *In*: BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner *et al.* (org.). **Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas**. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019. p. 47-70.
4. BOBBIO, Norberto. **Left and right: the significance of a political distinction**. Cambridge (UK): Polity Press, 1996.
5. BOLSONARO manifesta apoio a fazendeiros presos em MS. **Capital News**, 3 out. 2017. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/imprime.php?cid=309653&sid=7> Acesso em: 6 abr. 2021.
6. BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Edna. Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 49, p. 8-41, 2020.

7. BRUNO, Regina. **Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista no Brasil**. Projeto de Cooperação Técnica UFT/BRA/083/BRA. Rio de Janeiro, 2015.
8. BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. *In*: MALUF, Renato; FLEXOR, George. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjuntura e políticas públicas**. Cidade: Editora, 2017.
9. CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oiara. A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? **Estud. Av.**, v.29, n.83, p. 293-313, 2015.
10. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Índios na Constituição. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 3, p. 429-443, set./dez. 2018.
11. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Paz entre agronegócio e direitos indígenas? Acabar com as ilegalidades é necessário, mas não suficiente. **Revista Piauí**, n. 172, jan. 2021.
12. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela *et al.* Indigenous peoples boxed in by Brazil's political crisis. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 7, n. 2, p. 403-426, Aut. 2017.
13. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela *et al.* **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2021.
14. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL; CONSELHO DAS ENTIDADES DO SETOR AGROPECUÁRIO. **O Futuro é Agro: 2018-2030**. Brasília: CNA, 2018.
15. COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA. **Visão 2030-2050: o futuro das florestas e da agricultura no Brasil**. 2018.
16. CONSELHEIRO de Bolsonaro compara Acordo de Paris a papel higiênico. **O Estado de S. Paulo**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,conselheiro-de-bolsonaro-compara-acordo-de-paris-a-papel-higienico,70002553637> Acesso em: 6 abr. 2021.
17. DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
18. “DOS CANDIDATOS, eu sou o menos ruim”, disse Bolsonaro em palestra nesta tarde em Gramado. **NH**, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/2017/07/noticias/regiao/2149677-dos-candidatos-eu-sou-o-menos-ruim--disse-bolsonaro-em-palestra-nesta-tarde-em-gramado.html> Acesso em: 6 abr. 2021.
19. EX-PRESIDENTE da Funai, Franklimberg de Freitas ataca ruralistas. **Correio Braziliense**, 1 set. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/01/interna_politica,767117/ex-presidente-da-funai-

- franklimberg-de-freitas-ataca-ruralistas.shtml Acesso em: 14 ago. 2021.
20. GOMES DA SILVA, José. **Buraco negro**: a reforma agrária na Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
 21. GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.
 22. GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). **Agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010. p. 157-184.
 23. GRAZIANO DA SILVA, José. Entrevista. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 50, p. 161-196, jan./jun. 2014. [1989].
 24. HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 68-82, Jan. 2019.
 25. FAMASUL boicota movimento de produtores em Dourados. **Gazeta do Campo**, 24 mar. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadocampo.com.br/noticias/famasul-boicota-movimento-de-produtores-em-dourados>. Acesso em: 6 abr. 2021.
 26. KAGEYAMA, Angela. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 1990. p. 113-223. (Série Ipea, n. 127).
 27. LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11-31, nov. 2014.
 28. LERRER, Débora; FORIGO, Adriano. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, p. 483, 2019.
 29. MACHADO, Lia Zanotta. From the time of rights to the time of intolerance. The neoconservative movement and the impact of the Bolsonaro Government: Challenges for Brazilian Anthropology. **Vibrant**, v. ?, n. ?, p. 1-35, 2020.
 30. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Agenda do Secretário Especial de Assuntos Fundiários. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/agendas/secretaria-especial-assuntos-fundiarios/agenda-do-secretario-especial-de-assuntos-fundiarios/2020-04-30> Acesso em: 9 abr. 2021.
 31. MENDONÇA, Sonia Regina. O patronato rural brasileiro na atualidade: dois estudos de caso. **Anuario del Centro de Estudios Históricos Professor Carlos S. A. Segreti**, v. 8. p. 139-159, 2008.
 32. 'NÃO DURMO sem uma arma', diz secretário de Assuntos Fundiários. **Veja**, 16 jan.

2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/nao-consigo-dormir-sem-uma-arma-diz-secretario-de-assuntos-fundiarios/> Acesso em: 9 abr. 2021.
33. O'DWYER, Eliane Cantarino. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61. p. 33-46, 2018.
34. PALMEIRA, Moacir. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.
35. PASSOS GUIMARÃES, Alberto. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
36. POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 35(104), 1-17, 2020a.
37. POMPEIA, Caio. 'Agro é Tudo': simulações no aparato de legitimação do agronegócio, **Horizontes Antropológicos**, 26(56), 195-224, 2020b.
38. POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021a.
39. POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sergio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 57, p. 175-198, jun. 2021.
40. PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
41. RECURSOS do BNDES para grandes frigoríficos foi discutido pelo Movimento Nacional Contra o Monopólio. **Capital News**, 15 maio 2012. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/conteudo.php?cid=231784> Acesso em: 6 abr. 2021.
42. RURALISTAS tratam Kátia Abreu como 'traidora' após indicação. **O Estado de S. Paulo**, 1 dez. 2014. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ruralistas-tratam-katia-abreu-como-traidora-apos-indicacao,1600674>. Acesso em: 6 abr. 2021.
43. SAUER, Sergio; LEITE, Acacio Zuniga; TUBINO, Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, dez. 2020.
44. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 2362, de 2019**. Iniciativa e autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) e Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Ementa: Revoga o Capítulo IV - Da Reserva Legal, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para garantir o direito constitucional de propriedade (2019a).
45. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 1553, de 2019**. Iniciativa e autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Ementa: Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre os critérios de criação de unidades de conservação (2019b).
46. SOARES-FILHO, Britado *et al.* Land use. Cracking Brazil's Forest Code. **Science**, v.

- 344, p. 363-364, 2014.
47. SWINBURN, Boyd *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019.
48. TEREZA Cristina beneficiou frigoríficos em Refis do Funrural. **Valor Econômico**, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/11/22/tereza-cristina-beneficiou-frigorificos-em-refis-do-funrural.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2021.
49. VEIGA, José Eli. **Os estertores do Código Florestal**. Campinas: Armazém do Ipê, 2013.
50. VIGNA, Edécio. **Bancada Ruralista: um grupo de interesse**. Brasília: INESC, 2001. (Argumento, n. 8).
51. WILLETT, Walter *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447-492, 2019.

Caio Pompeia

Pesquisador visitante no Latin American Centre, Universidade de Oxford, atuando concomitantemente no Programa de Pós-Doutorado em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Doutor em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1692-1985>. E-mail: caporine@gmail.com